

	Editorial 6, 2013/01 [3-4] Editorial 6, 2013/01 [5-6]
Entrevista Interview	Entrevista com Fernando Henrique Cardoso [7-21] Interview with Fernando Henrique Cardoso [22-36] <i>Pedro Luiz Lima</i>
Dossiê Cultura e Política, organizado por Bruno Carvalho Culture and Politics dossier, organized by Bruno Carvalho	Introdução [37-40] Introduction [41-43] <i>Bruno Carvalho</i> A interface entre raça e identidade nacional no Brasil e na África do Sul [44-60] The interface of Race and National Identity in Brazil and South Africa [61-76] <i>Graziella Moraes</i> De Gramsci à Teoria das posses essenciais: política, cultura e hegemonia em “os 45 cavaleiros húngaros” [77-101] From Gramsci to the theory of essential possessions: politics, culture and hegemony in the ‘The Hungarian Knights’ [102-125] <i>Raquel Kritsch</i> Limites da Política e esvaziamento dos conflitos: o jornalismo como gestor de consensos [126-143] The limits of politics and the deflation of conflicts: journalism as a manager of consensus [144-161] <i>Flávia Biroli</i>
Artigos Articles	As implicações de ressentimentos acumulados e memórias de violência política para a descentralização administrativa em Moçambique [162-180] The implications of accumulated grievances and memories of political violence to the administrative decentralization in Mozambique [181-199] <i>Victor Igreja</i> O triângulo Irã-Israel-Azerbaijão: implicações para a segurança regional [200-214] The Iran-Israel-Azerbaijan triangle: implications on regional security [215-228] <i>Maya Ehrmann, Josef Kraus e Emil Souleimanov</i> O retorno do conflito: a democracia republicana [229-244] The return of conflict: republican democracy [245-260] <i>Maria Aparecida Abreu</i>

Artigos

Articles

A Economia política da década bolivariana: instituições, sociedade e desempenho dos governos em Bolívia, Equador e Venezuela (1999-2008) [261-277]

The political economy of the bolivarian decade: institutions, society and government performance in Bolivia, Ecuador and Venezuela (1999-2008) [278-293]

Dawisson Belém Lopes

Dois liberalismos na UDN: Afonso Arinos e Lacerda entre o consenso e o conflito [294-311]

Two types of liberalism in the National Democratic Union (UDN): Afonso Arinos and Lacerda between consensus and conflict [312-329]

Jorge Chaloub

Isebianas

Isebianas

Projeto, democracia e nacionalismo em Álvaro Vieira Pinto: Comentários sobre “Ideologia e desenvolvimento nacional” [330-336]

Project, democracy and nationalism in Álvaro Vieira Pinto: Comments on “Ideologia e Desenvolvimento Nacional” [*Ideology and National Development*] [337-344]

João Marcelo Ehlert Maia

Edição facsimilar de Ideologia e Desenvolvimento Nacional [facsimile]

Alvaro Vieira Pinto

Pesquisa e projeto

Research and research project

Breve roteiro para redação de um projeto de pesquisa [345-353]
Brief guidelines for drafting a research project [354-362]

Jairo Nicolau

A Interface entre Raça e Identidade Nacional no Brasil e na África do Sul

Graziella Moraes Silva

Graziella Moraes Silva

é Professora Adjunta do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: grazi.moraes.silva@gmail.com

Resumo

Este artigo explora a literatura sobre a interface entre identidades raciais e nacionais comparando os casos do Brasil e da África do Sul, países que passaram por recentes e importantes mudanças em suas ordens raciais. A partir de dados de pesquisas de opinião e entrevistas em profundidade, ele discute as interações entre as múltiplas dimensões das identidades nacionais e raciais (por exemplo, pública, política, socioeconômica e cultural) e investiga como brasileiros e sul-africanos produzem sentido para ideologias nacionais sobre relações raciais ao mesmo tempo em que definem suas identidades.

Palavras-chave

Raça, Identidade Nacional, Brasil e África do Sul

Abstract

This paper explores the literature about the interface of race and national identities by comparing Brazil and South Africa in light of the recent and strong transformations in racial orders in both countries. By relying on survey data as well as in-depth interviews, it discusses the interactions of the multiple dimensions of national and racial identities (e.g. public, political, socioeconomic, and cultural) and investigates how Brazilians and South Africans make sense of national racial ideologies while defining their racial and national identifications.

Keywords

Race, National Identity, Brazil, South Africa

Desde que DuBois cunhou o conceito de consciência dupla, em estudo sobre os afro-americanos, sociólogos têm reconhecido que minorias étnico-raciais são capazes de manter simultaneamente a lealdade às identidades particulares e afirmar o pertencimento a uma comunidade nacional. Formulações mais recentes dão conta de que grupos étnicos compostos por emigrantes desenvolvem uma identidade nacional compartilhada, ainda que mantenham sua identidade étnica (Alba, 2005). Tais estudos mostram, ademais, que imigrantes e grupos raciais estigmatizados são obrigados a lidar cotidianamente com o racismo e com a categorização errônea — i.e. não ser percebido como um membro igual e *legítimo* da mesma cultura nacional (Wu, 2002). Todavia ainda é diminuto o volume de pesquisas sobre a negociação de identidades étnico-raciais e nacionais, principalmente fora dos Estados Unidos (salvo algumas exceções, como ressaltam Bickerstaff, 2008; Modood; Ahmad, 2007).

Essas preocupações suscitaram as questões de pesquisa que motivaram o presente artigo. Como as recentes e drásticas mudanças no Brasil e na África do Sul afetam a interface entre identidade racial e nacional nesses dois países? Como profissionais negros no Brasil e na África do Sul constroem sua identidade racial à luz das drásticas transformações da ordem racial que atingiu estas duas sociedades ao longo das últimas duas décadas? E, por último, como os emergentes processos de identificação racial afetaram as formas de identificação nacional nessas duas jovens democracias? Para responder a essas perguntas utilizo dados de pesquisa de opinião e 60 entrevistas em profundidade com profissionais negros¹. Nessas entrevistas busquei explorar os repertórios discursivos mobilizados para falar de raça e nacionalidade no Brasil e na África do Sul.

O presente estudo pretende contribuir para uma melhor compreensão da interface entre raça e identidades raciais de pelo menos duas maneiras: primeiro, ao traçar a comparação entre Brasil e África do Sul, eu questiono os pressupostos da literatura macro-histórica que apresenta cada um desses casos como modelos opostos de ordem racial (Marx, 1998; Ribeiro, 1996). Além disso, as recentes e poderosas transformações na ordem racial em ambos países me permitem dialogar com a teoria de ciclos raciais proposta por Sawyer

(2006). Segundo, ao me apoiar em dados quantitativos e entrevistas, posso refletir sobre a interação entre as múltiplas dimensões que compõem a identidade nacional e racial (pública, política, socioeconômica e cultural). Além disso, exploro de que formas atores ao definirem suas identidades raciais e nacionais e atribuem relevância e significado às suas ações, tornando inteligíveis repertórios raciais e ideologias nacionais.

46

Comparando Brasil e África do Sul: ciclos raciais e ideologias nacionais

Apesar da ampla exclusão socioeconômica de negros em ambos os países, o Brasil e a África do Sul, são tratados normalmente como casos extremos e opostos na literatura acadêmica sobre relações raciais e étnicas comparadas. Enquanto o Brasil sempre evitou qualquer tipo de sistema de classificação racial desde a abolição da escravidão, em 1888, a África do Sul manteve um regime formal de apartheid até 1990. Uma descrição típica do Brasil apresenta um país de fronteiras raciais pouco nítidas, baixa segregação racial residencial e onde casamentos inter-raciais são comuns. Em contraposição, na África do Sul, as fronteiras raciais seriam rígidas, a segregação racial residencial alta e casamentos inter-raciais extremamente raros.

De acordo com o censo de 2010, a composição da população brasileira se divide racialmente entre amarelos, indígenas, pretos, pardos e brancos (as respectivas porcentagens são: menos que 1%, menos que 1%, 7,6%, 43,1% e 47,7%). A principal divisão no entanto sempre se deu entre brancos e não brancos (os quais doravante serão referidos como negros)². A distribuição entre grupos raciais vem sofrendo transformações devido a taxas altas de miscigenação ou simplesmente em decorrência de mudanças no sistema de autoclassificação, tornando as categorias oficiais de classificação raciais brasileiras muito menos nítidas que as sul-africanas. Desde o final da escravidão, em 1888, todas as políticas de estado formalmente não fazem distinções raciais, isto é, são “cegas” à cor (*color-blind*). Nesse sentido, o Brasil nunca teve nada semelhante ao apartheid sul africano ou às chamadas leis Jim Crow de segregação racial nos Estados Unidos. Certamente, a discriminação existe no Brasil e, como na África do Sul e nos Estados Unidos, os negros estão super-representados entre os grupos menos privilegiados da sociedade e sub-representados entre as ocupações profissionais e no ensino superior. A crença na democracia racial, contudo, tem ocupado um lugar de destaque na cultura popular e, até pouco tempo atrás, na maioria dos trabalhos acadêmicos.

Na África do Sul, a população branca (9,6%) e negra (90,4%) está dividida por fronteiras étnicas e linguísticas³. Os brancos se dividem de maneira geral entre os de língua-mãe inglesa e os que falam africâner. Os negros, na classificação do *apartheid*, estavam divididos entre indianos, pardos (*coloreds*) e africanos (respectivamente: 2,5%, 8,9% e 79,0%)⁴. No interior da população africana existem diversos grupos étnicos (os maiores sendo Xhosa e Zulu) e nove línguas oficiais. Incluindo-se o inglês e o africâner, a África do Sul possui um total de onze línguas oficiais. Durante a Era do Apartheid (1948-1994), o Partido Nacional oficialmente classificou a população de acordo com quatro grupos raciais (Branco, Africano, Indiano e *Colored*), criando fortes barreiras raciais em todas as esferas da vida social: zoneamentos residenciais, distribuição ocupacional, sistema educacional, etc. Desde o desmantelamento do regime de apartheid em 1994, negros, e especialmente africanos, obtiveram acesso ao poder político mas continuam super-representados entre os grupos menos privilegiados da sociedade. Hoje, a maioria dos dados oficiais ainda está ancorada nas quatro categorias de raça oficiais adotadas para medir avanços na inclusão racial.

Comparações entre as relações raciais no Brasil e na África do Sul não são tão frequentes quanto comparações entre os Estados e o Brasil e/ou África do Sul e Estados Unidos. Em

anos recentes, no entanto, o reconhecimento da existência da discriminação racial no Brasil tem encorajado essa comparação. A maioria dos estudos comparativos, no entanto, busca compreender as origens de tais diferenças a partir de uma perspectiva macro-histórica e se limitam a identificar as conhecidas diferenças em sistemas de escravidão e colonização, enfim, os suspeitos de sempre (Cooper, 1996).

Anthony Marx, em estudo comparativo (Marx, 1998), abordou de forma original a política racial no processo de construção da nação e do estado (*nation-state building*) no Brasil, na África do Sul e nos Estados Unidos. O principal argumento desse autor é que o grau de consenso entre as elites brancas determinou o apoio a barreiras raciais fortes ou brandas. Assim, enquanto nos Estados Unidos e na África do Sul as elites brancas eram divididas (as do norte contra as do sul, nos Estados Unidos; as que apresentavam ligações com o Reino Unido e os Africâners na África do Sul) e usaram a ameaça racial como forma de criar uma solidariedade branca. No Brasil, as elites tinham situação confortável no poder e, portanto, poderiam utilizar estratégias mais sutis de exclusão racial.

O estudo de Marx, todavia, tem sido criticado por não considerar a atuação de negros e a importância de movimentos de resistência e por não explicar as mudanças desde a independência e da República (Sawyer; Pena; Sidanius, 2004). A essas deficiências acrescentaria o fato de que o estudo ainda define identidades e fronteiras raciais de acordo com a dicotomia forte/fraca, ignorando assim outras dimensões da identidade e de fronteiras sociais (Lamont; Bail, 2005). Finalmente, o estudo dá poucas pistas para compreender as transformações recentes nos projetos raciais dessas duas sociedades.

A partir do modelo de ciclos raciais proposto por Sawyer e Pena (2003), diferentes fatores explicariam as recentes mudanças no que diz respeito à ordem racial no Brasil e na África do Sul, a saber, a crise do Estado, eventos conjunturais críticos, a política transnacional, a consolidação do Estado e ideologias raciais. Mais especificamente:

Crise do Estado: nas últimas décadas, ambos os países passaram por crises do Estado que catalisaram processos de democratização acompanhados por transformações da ordem racial. No Brasil, as primeiras eleições democráticas após a ditadura militar ocorreram em 1988. Na África do Sul, em 1994, Mandela foi o primeiro a se eleger em eleições democráticas.

Eventos conjunturais críticos: A eleição de um social democrata e de governos de esquerda nos dois países foi crucial para o avanço na implementação de políticas visando à redução das desigualdades raciais – por exemplo, as ações afirmativas nas universidades públicas no Brasil e as políticas de inclusão econômica de negros na África do Sul. A democratização também abriu mais espaço para a organização de movimentos sociais em torno de identidades racializadas.

Política transnacional: Na condição de países em desenvolvimento, tanto o Brasil como a África do Sul estavam em uma posição de alta suscetibilidade a pressões políticas internacionais e transnacionais. O boicote internacional é reconhecido como um dos fatores responsáveis pelo fim do apartheid sul-africano. Ademais, a influência da Terceira Conferência das Nações Unidas contra o Racismo e a Discriminação, realizada em 2001, na cidade de Durban, África do Sul, indica a relevância da política transnacional. A decisão de escolher a África do Sul como anfitriã do evento indica que o mundo se perguntava como o Congresso Nacional Africano lidaria com a estonteante desigualdade racial herdada do regime de apartheid (Subotzky, 2003). Por sua vez, o Brasil mandou o maior número de grupos ativistas negros e usou a conferência para denunciar a existência de discriminação racial no Brasil, forçando o Estado brasileiro a reconhecê-la e a propor medidas corretivas.

Em outras palavras, a existência deste fórum internacional foi um elemento crucial na implementação de políticas para corrigir desigualdades raciais, abrindo espaço para que movimentos negros pressionassem o governo (Peria, 2004; Telles, 2004).

Consolidação estatal: é possível identificar o fortalecimento de um discurso que denuncia as recentes mudanças trazidas por políticas raciais como formas de discriminação reversa — um movimento similar ao que ocorreu nas décadas posteriores às conquistas do movimento de direitos civis nos Estados Unidos. O fenômeno crescente da emigração branca (*white flight*) — geralmente tendo o Reino Unido e a Austrália como destino — nesses países parece confirmar essa tendência. No caso do Brasil, as políticas de ação afirmativa têm sido atacadas por seu suposto caráter “não brasileiro” (Kamel, 2006) e como responsável pela criação de “divisões perigosas” na sociedade (Fry; Maggie, 2007). Isso sustentaria a percepção de Sawyer de que a consolidação do Estado em conjunto com maior pressão fiscal poderiam colocar em risco as conquistas das últimas décadas. Sawyer argumenta que “a política racial é frequentemente uma arena em que ansiedades mais amplas sobre o rumo da sociedade são desveladas. A consolidação do Estado — o mecanismo que sucede uma crise do Estado — tende a devolver a política racial a um estado de normalidade ou equilíbrio” (Sawyer; Pena; Sidanius, 2004: 10). Contudo, a percepção de Sawyer parece se basear em uma concepção bastante homogênea e estática quanto ao papel do Estado, que atuaria sempre como força conservadora (Powell, 2012; Skrentny, 2002). Uma vez que olhamos para os diferentes níveis de instituições ou forças estatais, essa dinâmica se apresenta muito mais complexa e as ideologias raciais — ou projetos — parecem forças dinâmicas reais, competitivas e às vezes conflitivas.

Ideologias raciais: é na esfera das ideologias raciais que o Brasil e a África do Sul se definiram mais fortemente como opostos — enquanto o primeiro se baseou no mito de uma democracia racial, o segundo foi construído a partir de uma história de supremacia branca e apartheid (Ribeiro, 1996). A recente implementação de políticas de ação afirmativa em ambos os contextos questiona essa oposição radical e demanda uma melhor compreensão sobre sua relação com a dinâmica de ideologias raciais e mitos nacionais nesses dois contextos (Silva, 2006).

A teoria dos ciclos raciais define a ideologia, assim como o Estado, como uma força para a manutenção das hierarquias raciais. Mas os autores não discutem se e como essa ideologia pode mudar, o que parece ser o caso do Brasil e da África do Sul nos últimos anos. Apesar da falta de dados empíricos, a maioria da literatura afirmava, até a década de 1980, que a ideologia racial dominante no Brasil era a da democracia racial. A ideia de uma democracia racial surgiu como uma ideologia racial na década de 1930, no Brasil, e é considerada um dos pilares do projeto de construção (nacionalista) do Estado implementado durante a “nova” República brasileira⁵. Essa crença, todavia, era fundamentada em uma visão demasiadamente simplista da realidade. Se é verdade que a democracia racial ainda é um sonho e objetivo nutrido por muitos, o discurso da democracia racial sempre foi fortemente contestado como uma realidade.

Hoje, resultados de *survey* mostram que a maioria dos brasileiros reconhece a existência do racismo, mesmo que ao mesmo tempo eles acreditem que as relações raciais no Brasil sejam mais avançadas que em outros países (Telles; Bailey, 2002) e rejeitem e/ou ignorem a diversidade racial como valor positivo (Silva, 2007).

A implementação de cotas raciais nas prestigiosas universidades públicas brasileiras foi um ponto de inflexão crítico que complicou esse panorama. Se a mobilização do

movimento negro foi central em um primeiro momento (Paschell, 2011), hoje, as pesquisas de opinião mostram não apenas a aceitação da ideia de que existe discriminação racial no país, mas também amplo apoio às políticas de ação afirmativas para negros no ensino superior e em empregos públicos. Diferentemente dos Estados Unidos, o apoio à ação afirmativa está mais correlacionado à identidade de classe do que de raça — i.e. aqueles com nível educacional mais elevado (em sua maioria brancos), de modo geral se opõem às ações afirmativas, enquanto é possível observar sólido apoio a esse tipo de política entre todos os outros níveis educacionais, independentemente de raça (Telles; Bailey, 2002). Além disso, o apoio parece ter aumentado desde as fases iniciais de implementação dessas políticas. (Guimarães, 2007).

É verdade ainda que a oposição às cotas raciais também tem tido visibilidade. Acadêmicos que historicamente denunciavam a existência de discriminação racial no país se mostram atualmente firmes opositores das políticas de ação afirmativa, argumentando que elas não seriam as mais adequadas para um país de fronteiras raciais borradas (Fry; Maggie, 2007). Em um manifesto publicado nos principais jornais brasileiros, no dia 30 de junho de 2006, um pequeno grupo de artistas, acadêmicos e intelectuais apresentaram três argumentos principais para rejeitar o sistema de cotas e outras políticas raciais no Brasil.

Primeiro, afirmavam que o Brasil seria uma república que jamais, desde a abolição da escravatura, recorreu a classificações raciais para orientar suas políticas sociais. Em outras palavras, o Brasil é um estado-nação cego a distinções raciais, construído sobre um modelo republicano de cidadania. Segundo, a exclusão de negros do sistema de ensino superior não seria uma questão de discriminação racial — pois o critério de acesso nunca foi discriminatório — mas sim um problema de desigualdade social e de baixa qualidade do sistema público de ensino. Terceiro, a utilização da raça como critério de distribuição de recursos terá como consequência a intensificação do antagonismo racial no Brasil.

É importante ressaltar, no entanto, que ambos os grupos — aqueles a favor e aqueles contra as cotas — aceitam a existência da desigualdade e da discriminação racial na sociedade brasileira. Há discordância quanto à melhor maneira de lidar com a desigualdade e impacto de diferentes abordagens sobre o modelo de estado-nação brasileiro. Esses debates trazem à tona a tensão entre diferentes projetos raciais para o Brasil: um mais próximo ao modelo de mistura (ou *melting pot*), e outro, defensor de uma abordagem mais multicultural (Silva, 2007).

Desde sua independência, na primeira metade do século XX, a estratégia de construção do estado-nação na África do Sul apoiou-se fortemente na necessidade da elite de se sustentar graças a uma noção de supremacia branca e ideologias de apartheid. No entanto, seria injusto não apontar que a maioria da população sempre se opôs veementemente a essa opção. As duas posições ideológicas mais fortes contra o apartheid eram o não racialismo e a conscientização negra. A Carta da Liberdade (*Freedom Charter*) é altamente representativa da ideologia não racial dominante da CNA (Congresso Nacional Africano, partido de Nelson Mandela). Redigida em 1955, a Carta afirmava uma ideologia não racial: “A África do Sul pertence a todos que nela moram, brancos e negros.”⁶ O não racialismo implicava rejeitar todas as formas oficiais de categorização e segregação racial e ao mesmo tempo progredir na integração via uma luta unificada para construir uma sociedade democrática em que as divisões raciais seriam descartadas a favor de uma identidade sul-africana em comum. (Taylor; Foster, 1999: 328). O não racialismo era uma opção diferente do slogan adotado pelo *African National Congress Youth League*, em

1948, inspirado na ideia de Marcus Garvey de uma “África para africanos”, uma ideologia que afirmava que não havia espaço para brancos na África. Também era diferente dos movimentos de consciência negra da década de 1970, que defendiam a organização política dos negros em vez de movimentos multirraciais de oposição ao apartheid — temendo o domínio branco, inclusive nos movimentos de resistência. Mas havia pouco debate quanto ao tipo de nação que a África do Sul viria a ser após o fim do apartheid. O próprio Biko — um líder central do movimento de consciência negra — supôs que a África do Sul se tornaria uma sociedade baseada na cidadania republicana e nos direitos universais (Biko; Stubbs, 2004)⁷. Supunha-se que o Estado democrático criaria uma nação unida racialmente (Chipkin, 2007).

50

Com a transição democrática, a chamada questão nacional tornou-se uma questão central na definição do que seria uma Nova África do Sul. A questão nacional pode ser definida como um desafio ao projeto de cultura “de um sentimento de nação a partir das diferentes identidades étnicas, raciais, regionais, de classe e gênero que permeiam o país” (Boyce, 1999: 232). Esses desafios se fizeram mais nítidos na medida em que diferentes projetos raciais para a Nova África do Sul surgiram, a saber: o não racismo, o afrocentrismo e a ideia de “Nação Arco-Íris”. Enquanto líderes da velha guarda do CNA (representados por Mandela) parecem ainda acreditar na histórica abordagem no não racismo, outros argumentam que a nova liderança no CNA (representada pelo sucessor de Mandela, Thabo Mbeki) pressionavam a favor de uma identidade mais centrada na África. Chipkin (2007) definiu da seguinte forma esse debate acerca da definição dos legítimos membros da politeia sul-africana: cidadãos democráticos *versus* sujeitos nacionais autênticos. Enquanto a primeira escolha focava um modelo cívico de estado-nação, a segunda se apoiava em uma perspectiva mais étnica — em que africanos negros são definidos como os cidadãos mais legítimos da África do Sul.

A ideia da “Nação Arco-Íris” surge como a abordagem mais multicultural para a nova África do Sul — uma noção essencialmente pluralista que enfatiza a etnia, ou etnicidade, como a experiência definidora de todos os sul-africanos. A imagem do arco-íris, no entanto, ainda implica que todos os sul-africanos são da mesma opinião sobre os rumos da nação (assim no arco-íris, cada feixe de cor permanece separado, mas todos seguem juntos na mesma direção). O arco-íris, no entanto, tem sido criticado por tornar critérios étnicos e raciais algo permanente, indo contra a compromisso histórico do ANC com o não racismo (Boyce, 1999: 235-6). Neville Alexander (2003), por exemplo, critica o modelo de “nação arco-íris” por não problematizar constructos tais como raça e etnicidade e propõe, em seus lugares, a Nação Gariep — uma mistura de muitas cores, línguas e culturas. Essa ideia se aproxima da noção de mistura (*melting pot*), porém, idealmente, excluindo uma cultura hegemônica.

Já aqueles que defendem um modelo republicano de cidadania denunciam o racismo como parte integral de três projetos raciais na África do Sul — o próprio não racismo ainda dependeria da solidariedade de raças (supondo a ideia de nações de raças), fazendo prevalecer solidariedades raciais sobre os sentimentos nacionalistas de pertencimento (MacDonald, 2006; Mare, 1999). Esses acadêmicos argumentam que a África do Sul não deveria nem tentar construir uma nação unificada, deveria simplesmente se apoiar em uma cultura democrática e cívica, isto é, uma cidadania voltada para o Estado.

Como no caso do Brasil, diferentes projetos raciais competem entre si para definir o que seria a nova África do Sul. Previsões de qual modelo é (e será) hegemônico em cada um

dos países, no entanto, ainda se baseiam, em sua maioria, em pressupostos teóricos e evidências apenas de natureza anedótica. Em outras palavras, muito se pressupõe, porém pouco se sabe sobre a maneira como brasileiros e sul-africanos articulam suas identidades nacionais e étnico-raciais e como diferentes estratégias se relacionam aos projetos raciais em disputa nesses países.

51

Raça e identificação nacional no Brasil e na África do Sul – Estudos Anteriores

É recente o interesse pela interface entre identidades raciais e nacionais no Brasil e na África do Sul e este interesse possui motivações subjacentes distintas. Como já discutido, no caso do Brasil, o interesse crescente está relacionado à recente implementação de ações afirmativas. Na África do Sul, o assunto é impulsionado pela necessidade de avaliar os sucessos e fracassos do processo de construção do Estado no período pós-apartheid. Em seguida, apresentarei os achados gerais do estudo, que apontam para o forte sentimento de ligação nacional, embora com diferentes significados e graus de intensidade.

No Brasil, existem poucas pesquisas empíricas sobre a interface entre a identidade nacional e racial. Em 1998, uma pesquisa de opinião realizada em regiões metropolitanas questionou entrevistados sobre suas identificações de raça/cor e “origens” (Schwartzman, 1999)⁸. Os resultados mostraram que quando perguntados a respeito de sua origem, 86,6% dos entrevistados identificou sua origem como brasileira. Aqueles que se autodefiniram racialmente (e/ou de acordo com sua cor) como pretos (88,62%) e pardos (93,9%) tiveram as frequências mais altas de identificação como brasileiros, porém em grau não significativamente diferente de brancos (83,11%) e indígenas (75,67%). Apenas aqueles que se autoclassificaram como amarelos (i.e. asiáticos) tiveram grau menor de identificação como de origem brasileira (44,79%), sendo que a maioria nesse grupo se identificava como de origem japonesa (70,79%).

Esses resultados mostram a saliência e relevância da identidade brasileira, sem fazer distinção entre diferentes grupos nacionais. Mesmo sem serem explicitamente questionados sobre identidade nacional, a identificação brasileira se apresentou de forma espontânea como a origem mais proeminente dos entrevistados. A pesquisa sobre Etnicidade e Raça na América Latina (Peria, 2010) confirmou esse resultado ao perguntar diretamente aos respondentes qual identidade era mais importante: a racial ou a nacional. Para 93,6% dos entrevistados, a identidade nacional é mais importante. As diferenças entre brancos e negros nesse caso é bem pequena e não significativa.

No entanto, isso não quer dizer que a identidade racial seja irrelevante. 83,3% dos entrevistados afirmam ter orgulho da sua identidade racial e 66% afirmam que a identidade racial é determinante em suas vidas. Entre os que se identificam como pretos de acordo com o IBGE, o orgulho (92,7%) e a importância (75%) da identidade de raça são significativamente mais fortes que entre os que se identificam como pardos ou brancos. Juntos, esses resultados indicam que a identificação racial e nacional são ambas relevantes para os entrevistados.

Desde a democratização, pesquisas sobre identificação racial e nacional na África do Sul se tornaram muito mais frequentes na África do Sul do que no Brasil. Como no caso dos Estados Unidos, no entanto, as conclusões extraídas não são unívocas — enquanto alguns autores apontam para persistência da noção de raça, outros enfatizam a importância crescente da nacionalidade e da classe. Além disso, as opiniões parecem estar mudando muito mais velozmente desde a década de 1990.

De modo geral, os sul-africanos espontaneamente enfatizam suas identidades raciais, étnicas e, em menor grau, linguísticas e nacionais. Tanto em perguntas abertas como fechadas, apenas um número reduzido de sul-africanos se aproveitaram do momento para se proclamarem sul-africanos (Grossberg; Struwig; Pillay, 2006; Mattes, 1999; Roefs, 2006). Por exemplo, resultados da pesquisa HSRC mostram que quando solicitados a classificar diferentes tipos de identidades coletivas, uma fração significativamente maior de sul-africanos escolheu raça/etnia antes de nacionalidade (22% contra 7%)⁹. Além disso, a identificação racial é mais pronunciada entre africanos, ou *Black Africans*, na categoria nativa (a identificação étnico-racial é a mais forte nesse grupo – 25%) e os “mestiços”, ou *Coloreds*, na categoria nativa (25%, aparecendo depois de pertencimento familiar, que foi citado por 31%). Uma quantidade significativamente menor de brancos e indianos mencionaram a identidade racial como a forma mais importante de identificação coletiva (7% e 11%, respectivamente) e ambos os grupos escolheram a ocupação profissional em primeiro lugar (50% e 39%, respectivamente). Identificação nacional ocupou de forma semelhante posição inferior entre todos grupos raciais.

Roefs (2006), no entanto, mostra que muitos sul-africanos (44%) optariam por uma identidade dupla se esta fosse uma das opções oferecidas – destacando a relevância da raça e da identidade nacional na forma de se definir: “identidade nacional e identidade de sub-grupos podem coexistir sem se excluírem”. Ademais, a identidade nacional parece estar se tornando mais forte: a proporção de sul-africanos com forte identificação nacional aumentou 10% ao ano entre 1998 e 2000¹⁰.

Apesar da pouca intensidade, a identidade nacional aparece como algo positivo e relevante para a maioria de sul africanos. Dados do *Afrobarometer* mostram que entre todos grupos raciais, aproximadamente 80% dos entrevistados afirmaram sentir orgulho (ou muito orgulho) de serem sul-africanos. No entanto, essa porcentagem tem diminuído entre brancos, *coloreds* e indianos no período que vai de 1995 – logo após a democratização, quando todos grupos raciais exibiam uma porcentagem similar de aproximadamente 90% – e 2000, quando as porcentagens para brancos (75%), *coloreds* (87%) e indianos (84%) começaram a diminuir, enquanto 94% de africanos se mantiveram orgulhosos de sua identidade sul Africana (Burgess, 2002).

Ao analisar a pesquisa nacional realizada pela HSRC, Grossberg, Struwig, e Pillay (2006) também mostraram que sul africanos recorrem a critérios múltiplos para definir a verdadeira “sul-africanidade”, que vão de características objetivas – como ter cidadania sul- africana (94%), ter nascido no país (92%), falar pelo menos um língua (90%) –, até critérios mais subjetivos – como “sentir-se sul-africano” (89%).

Os resultados das pesquisas no Brasil e na África do Sul levantam uma série de questões sobre os significados e dimensões das identidades nacionais e étnico-raciais: por exemplo, como negros brasileiros negociam o orgulho da identidade racial com a centralidade da identidade nacional? De que maneira entrevistados sul africanos negociam a saliência de suas identidades étnico-raciais com o orgulho pela identificação nacional? Os entrevistados enxergam contradições na maneira de definir suas identidades nacionais e étnico-raciais? Alguns autores têm argumentado que é o conteúdo das identidades nacionais e raciais que será determinante na interface entre a identidades (Jung, 2000; Mattes, 1999). Ao passo que a diversidade cultural pode coexistir com o sentimento forte de ligação nacional em todos segmentos raciais, identidades políticas diversas (e divergentes), constituem uma ameaça mais séria à democracia e ao processo de construção de nação. Foi possível abordar algumas dessas questões nas entrevistas em profundidade.

Significados e contextos de ligação nacional e racial: entrevistas com profissionais negros no Brasil e na África do Sul

53

Em minhas entrevistas com profissionais negros no Brasil e na África do Sul, explorei as múltiplas dimensões das identidades racial e nacional e seu impacto na cidadania. Apesar do foco ter sido um grupo de profissionais, o que não garante uma amostra representativa, a minha escolha é altamente relevante por ao menos três motivos: primeiro, a literatura acadêmica sobre democratização já consolidou a ideia de que a classe média profissional desempenha um papel crucial nesses momentos de transição. A importância da classe média se justifica desde seu interesse econômico pela consolidação de uma nova ordem democrática (Haggard; Kaufman, 1995), até seu papel como força moderadora no cenário político (Lipset, 1981), e de fomentador da sociedade civil (Putnam; Leonardi; Nanetti, 1994). Com base nesses estudos, é possível argumentar que profissionais, e especialmente profissionais negros, ocupam uma posição privilegiada para se tornarem atores ativos na renegociação da ordem racial no Brasil e na África do Sul. Diferenciações étnicas e raciais dentro classe média, no entanto, raramente são estudadas por essa literatura.

Em segundo lugar, a pesquisa acerca de profissionais negros no Brasil e na África do Sul abre um diálogo com uma literatura recente e emergente sobre as experiências da classe média negra nos Estados Unidos (Bowser, 2007; Collins, 1997; Feagin; Sikes, 1994; Lacy, 2007; Lamont; Fleming, 2005; Massey, 2003; Patterson, 1998; Pattillo, 2007). A classe média americana tem sido usada como prova, tanto do sucesso (haja vista sua existência), como dos fracassos (devido a sua visão pessimista da sociedade americana) do projeto multicultural dos Estados Unidos. Estudos norte-americanos, comparando as opiniões da classe média negra com a classe média branca e com a classe trabalhadora negra indicam formas distintas de alienação no interior desse grupo que podem estar presentes de forma semelhante no Brasil e na África do Sul (Hochschild, 1995).

Por último, a análise de profissionais negros proporciona uma perspectiva de reenquadramento do tradicional debate raça/classe no Brasil e na África do Sul, na medida em que permite parcialmente isolar os efeitos da exclusão de classe e buscar compreender as experiências daqueles que conseguiram acessar espaços historicamente brancos, segregados *de jure* no primeiro caso e *de facto* no segundo (Ribeiro, 2006; Seekings; Nattrass, 2005).

Achados das minhas entrevistas qualitativas confirmam a especificidade da classe média negra no Brasil e na África do Sul: em ambos os contextos os entrevistados estão conscientes da posição cultural contraditória que ocupam. Por outro lado, meus resultados rejeitam qualquer tipologia simplista que coloque a identidade nacional acima da racial no Brasil, e a racial acima da tradicional na África do Sul. Apesar das diferentes intensidades, as identidades nacional e racial são importantes para entrevistados em ambos os países. No entanto, definições e contextos de saliência são de fato diferentes em cada contexto.

A maioria dos meus entrevistados tinha uma forte e explícita identidade racial. No caso do entrevistados brasileiros, a maioria se definia como negro ou negra – o termo politizado para “pretos”. Sul africanos recorriam de modo geral à classificação tradicional do apartheid para se definirem (Africanos, *Colored* e Indianos) – apenas uma minoria recorria à identidade política antiapartheid de “negro” (black), que unia os três grupos não brancos. Entrevistados afirmavam, quase que de forma unânime, sentirem orgulho de sua identidade racial.

Entrevistados brasileiros, no entanto, tinham maior dificuldade para explicar o significado de ser negro/preto. Excetuando narrativas e opiniões sobre ação afirmativa, não foi detectado um roteiro claramente delineado nas falas sobre raça. Quando

questionados sobre o significado de ser negro, as respostas geralmente abordavam raça e classe de forma amalgamada. A negritude raramente aparecia espontaneamente nas entrevistas – o tema geralmente era citado em questões sobre injustiça ou discriminação. De modo geral, negros eram vistos como iguais a brancos tanto normativa como cognitivamente – diferenças culturais eram citadas apenas raramente. A miscigenação foi comumente citada como explicação da igualdade e similitude entre todas as raças. Um dado interessante é que a miscigenação foi valorizada até mesmo por entrevistados com forte identidade racial negra.

Na África do Sul, identidades raciais se manifestaram com pronunciada intesidade, sendo citadas espontaneamente quando entrevistados falavam sobre suas vidas. A identidade racial era frequentemente ligada à história da África do Sul, apresentada como a origem da identidade racial. A identidade racial para eles significa não apenas uma desvantagem histórica, mas também uma diferença cultural. Quando indagados se negros e brancos eram iguais ou diferentes, a maioria dos entrevistados tendeu a apontar mais diferenças que igualdades ou similitudes. Entrevistados geralmente se referiram a seus filhos (ou às futuras gerações) como sendo menos “obcecadas” com a questão da raça e mais abertos a interações raciais¹¹. Muitos entrevistados ainda tinham a expectativa, todavia, de que seus filhos se casassem com pessoas do mesmo grupo étnico-racial – tal preferência se justificaria não apenas racial, mas também culturalmente. Em outras palavras, miscigenação e casamento inter-racial raramente foram apresentados como valores na nova África do Sul.

A discriminação racial é percebida como forte em ambos países. Mas, novamente, o contexto, os incidentes e explicações para a discriminação tiveram grande variação. No Brasil, a experiência de discriminação foi a experiência compartilhada e característica mais citada entre todos negros. Foram citados com grande frequência espaços públicos e interações sociais (interações com porteiros, vendedores e estranhos). Universidades e escolas foram mencionados raras vezes, assim como a interação com colegas de trabalho¹².

Na África do Sul, a discriminação é vista como persistentemente forte e baseada na raça. Ela também é definida como produto de estratégias de ameaça usadas por um grupo, a saber, brancos que querem manter os privilégios obtidos no apartheid. Apesar da discriminação em espaços públicos também ter sido mencionada, o local de trabalho e a universidade foram citados com frequência muito maior como espaços racializados. Em outras palavras o racismo é altamente percebido como algo que ocorre em interações públicas e privadas na África do Sul, enquanto no Brasil o racismo se manifesta predominantemente em espaços públicos (Silva; Reis, 2011).

As formas de resistir ao racismo e às estratégias de equalização também seguem dinâmicas distintas no Brasil e na África do Sul. Por um lado, estratégias individuais de mobilidade (dedicação ao estudo e trabalho) foram as estratégias mencionadas de forma espontânea com mais frequência por entrevistados em ambos os países. Por outro lado, enquanto entrevistados brasileiros mostraram sentimentos ambivalentes em relação a movimentos negros e políticas de ação afirmativa, os sul-africanos manifestaram apoio amplo a políticas raciais, sem, no entanto, deixarem de fazer críticas pontuais quanto à sua implementação. Além disso, os sul-africanos consideraram a política racial e nacional como uma coisa só com maior frequência. Mas talvez a diferença mais importante diga respeito às estratégias de equalização. Nesse caso, mais uma vez, os negros brasileiros demonstraram uma tendência a enfatizar similitude e mistura, enquanto os sul-africanos destacaram a igualdade normativa em contraponto a diferenças culturais e cognitivas.

As compreensões acerca do que constitui a similitude e a diferença também estão diretamente relacionadas ao significado da identidade nacional nesses dois contextos. Enquanto brasileiros dependem da ligação afetiva e de definições do que constitui a similitude e da identidade nacional, sul-africanos possuem definições mais politizadas, racionalizadas e cognitivas do que significa ser sul-africano.

No caso do Brasil, a maioria dos entrevistados concorda com slogans positivos do governo como “o melhor do Brasil é o brasileiro” e acreditam que uma das características do Brasil é o fato das pessoas conviverem bem, sem guerra civil ou conflitos étnico-raciais. Miscigenação cultural e racial foram referidos como contribuições positivas e formadoras da nação (Silva; Reis, 2012). É interessante notar que essa percepção não é considerada contraditória, tendo em vista a existência do racismo e da discriminação. O racismo é visto como produto da história, resistente à mudança, porém encarado de forma mais amena no Brasil do que em outras sociedade estratificadas racialmente — o contraponto mais comum sendo os Estados Unidos. A maioria dos profissionais entrevistados admira a existência de uma classe média negra nos Estados Unidos, apesar de rejeitar o que é tido como um sistema de segregação racial entre grupos.

Os entrevistados sul-africanos também acreditam que relações raciais na África do Sul são melhores que nos Estados Unidos, ainda que por causa de motivos distintos. De modo geral, argumentam que a África do Sul lida mais abertamente com as questões da discriminação e do racismo. Essa crença da África do Sul como país que reconhece suas marcadas diferenças é um aspecto central da definição da identidade nacional — o conflito é compreendido como parte do processo de construção de Estado. A transição política (ou o “milagre”, como foi chamada por muitos entrevistados sul-africanos) foi apresentada frequentemente como a característica mais positiva do país, acompanhada da diversidade.

Em suma, apesar do reconhecimento da discriminação racial nos dois países, as identidades nacionais brasileiras estão mais apoiadas naquilo que poderíamos chamar da perspectiva da mistura (*melting pot*), ao passo que os sul-africanos parecem investir em um novo modelo de identidade multicultural — unindo o sentimento cívico com o reconhecimento de diferenças culturais e raciais. Se no Brasil, a mistura e a similitude são valorizados e apresentados como os pilares da nação, na África do Sul o reconhecimento da diferença e do diálogo são vistos como o único caminho para a construção de uma nova nação.

Identificar essas diferenças no interior dos mitos nacionais (com todas suas contradições) é uma das tarefas centrais para se chegar a uma compreensão da dinâmica contemporânea dos projetos raciais e das políticas públicas voltadas para a diminuição da desigualdade racial em cada país.

Tradução de Thiago Gomide Nasser

Revisão de tradução de Graziella Moraes Silva

(Recebido para publicação em dezembro de 2012)

(Reapresentado em março de 2013)

(Aprovado para publicação em maio de 2013)

Cite este artigo

56

MORAES SILVA, Graziella. A interface entre raça e identidade nacional no Brasil e África do Sul. *Revista Estudos Políticos*: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF) e do Núcleo de Estudos em Teoria Política (UFRJ). Rio de Janeiro, nº 6, pp. 44-60, Julho 2013. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/>.

Notas

1. A maioria dos dados de pesquisa de opinião brasileiras são de bases disponíveis no Consórcio de Informações Sociais (CIS) da Universidade de São Paulo, mas uma parte é da Pesquisa de Etnicidade e Raça na América Latina (coordenada por Edward Telles, da Universidade de Princeton, em 2010). Os dados sul-africanos também são públicas e a maioria foi publicada pelo Human Science Research Council. As entrevistas em profundidade foram conduzidas por mim durante 2007 e 2008 com profissionais negros, homens e mulheres, com idades entre 20 e 65 anos nas cidades do Rio de Janeiro e na Cidade do Cabo. Defini profissionais negros como indivíduos com ensino superior que ocupam cargos profissionais e se identificam como pretos e pardos no Brasil, de acordo com o IBGE, e como *Black African* ou *Coloureds* na África do Sul, de acordo com as categorias censitárias desse país.

2. São essas as porcentagens fornecidas pelo Censo Nacional Brasileiro de 2010. Na maioria dos estudos sobre relações raciais no Brasil, é feita a combinação de pretos e pardos em uma categoria única de negros. A literatura acadêmica justifica essa conjunção aludindo às características socioeconômicas similares desses dois grupos, principalmente na comparação com brancos, bem como ao estigma histórico associado à autotransformação como negro. Eu também empregarei cor e raça como sinônimos. No Brasil, até 1991, o Censo perguntava “qual é sua cor e/ou raça?” e fornecia cinco possíveis opções: branco, pardo, preto, amarelo e indígena. Quando em 1998 um pesquisa nacional fez perguntas abertas sobre raça/cor, quase 200 diferentes categorias foram registradas, mesmo que a maioria das pessoas pudessem ser tradicionalmente categorizadas como brancos, pardos, ou pretos, a classificação usada pelo governo desde 1870.

3. Porcentagens encontradas no Censo Sul-Africano de 2001.

4. O uso do termo negros para abarcar estes três grupos deriva do movimento político antiapartheid. Ao longo deste artigo, utilizarei o termo para me referir aos três grupos, e o termo africanos para me referir ao grupo de negros africanos.

5. O conceito de democracia racial, no entanto, é muito mais recente, Gilberto Freyre o cunhou muitos anos depois de *Casa Grande & Senzala*, já na segunda metade do século XX.

6. A Carta da Liberdade é um documento escrito coletivamente. O Congresso Nacional Africano (African National Congress – ANC) percorreu o país coletando opiniões e sugestões do “povo comum” para

o futuro da nação. Porém, na realidade, a autoria da carta foi quase toda da liderança do ANC.

7. Em uma de suas últimas entrevistas Biko afirmou: “Vemos a [África do Sul] como uma sociedade completamente não-racial. Não acreditamos, por exemplo, nas chamadas garantias para direitos de minorias, pois o direito de minoria implicando reconhecimento de parte de sociedade com base em um critério racial. Acreditamos que em nosso país não deve haver uma minoria, tampouco uma maioria – apenas o povo. E estas pessoas terão o mesmo status perante a lei e elas terão os mesmos direitos políticos diante da lei. De certo modo então esta será uma sociedade igualitária completamente não racial” (Biko; Stubbs, 2004: 170).

8. A questão era “qual a origem que o senhor(a) considera ter?”, sem qualquer especificação quanto ao significado do termo “origem”. A questão foi apresentada tanto como pergunta fechada pré-codificada, com múltiplas escolhas como pergunta aberta. Em ambos os casos a resposta “brasileira” foi a mais frequente: 86,6% no caso das perguntas fechadas, e 67,81% nas abertas. A principal dificuldade desse tipo de pergunta é que ela pode ser interpretada de acordo com critérios muito díspares. Para aqueles que vieram de uma migração recente, a pergunta poderia parecer se referir ao país de origem dos pais ou avós (daí a citação frequente da origem italiana ou portuguesa nas perguntas abertas, seguindo “brasileira”). Para a população negra, isso poderia significar a ligação histórica com a África. Mas esses resultados mostram que a maioria das pessoas compreendeu a pergunta como alusiva à identificação nacional (Schwartzman, 1999).

9. Quando instados a qualificarem a identidade coletiva, os sul-africanos colocaram em primeiro lugar a família (29%), seguida por raça/etnia (22%), ocupação atual (17%), gênero (10%), nacionalidade (8%), religião (6%), região (4%), idade (3%), classe (1%); partido/movimento político (0%). Raça é uma identidade mais forte entre africanos (25% vs. 24% para família), e depois para *Colored* (25% mas 31% família). A ocupação é a forma de identificação mais forte para indianos (39%, seguido de família 30%, depois raça 11%), e família para brancos (50%, e depois 17% ocupação, e 7% raça).

10. A identificação aumentou entre todos os grupos raciais, mas houve variações significantes: por exemplo, o índice de brancos com fraco sentimento de identidade nacional ainda é o dobro comparado ao dos negros.

11. Entretanto, um ponto interessante é entrevistados mais jovens (com idade entre 20 e 25 anos) apresentarem muito menos otimismo. Além disso, a maioria dos exemplos de interações sem distinção de cor se referia a crianças e não a adolescentes ou a jovens adultos.

12. Buscas impessoais de emprego e interações com pessoas estranhas ao ambiente de trabalho (que, portanto, não sabiam de sua posição ocupacional) foram apresentados como arenas em que a discriminação se manifestava com frequência.

Bibliografia

58

ALBA, Richard. *Bright vs. Blurred Boundaries: Second-Generation Assimilation and Exclusion in France, Germany and the United States*. Ethnic and Racial Studies, 2005, 28:20-49.

ALEXANDER, Neville. *An ordinary country; issues in the transition from apartheid to democracy in South Africa*. New York: Berghahn Books, 2003.

BICKERSTAFF, Jovonne J. *Noir et Français: Everyday Anti-racism and Challenges to the Racialization of French Identity*. Sociology. Cambridge: Harvard University, 2008.

BIKO, Steve; STUBBS, Aelred. *I Write What I Like: A Selection of His Writings*. Johannesburg: Picador Africa, 2004.

BOWSER, Benjamin P. *The Black middle class: social mobility and vulnerability*. Boulder: Lynne Rienner, 2007.

BOYCE, Brendan P. *Nation Building Discourse in a Democracy*. IN: PALMBERG, M. (ed.). *National Identity and Democracy in Africa*. Pretoria: HSRC Press, 1999.

BURGESS, S. M. *SA Tribes, who we are, how we live, what we want from life*. Cape Town: David Philip, 2002.

CHIPKIN, Ivor. *Do South Africans Exist?: Nationalism, Democracy, and the Identity of the People*. Johannesburg: Wits University Press, 2007.

COLLINS, Sharon M. *Black corporate executives : the making and breaking of a black middle class*. Philadelphia: Temple University Press, 1997.

COOPER, David. *Race, Ideology, and the Perils of Comparative History*. The American Historical Review, 1996, 101:1122-1138.

FEAGIN, Joe R.; SIKES, Melvin P. *Living with racism : the black middle-class experience*. Boston: Beacon Press, 1994.

FRY, Peter; YVONNE, Maggie. *Divisões perigosas : políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GROSSBERG, Arlene; STRUWIG, Jare; PILLAY, Udes. *Multicultural National Identity and Pride*. In: Pillay, U.; Roberts, B., Rule, S. (org.). *South African Social Attitudes: Changing Times, Diverse Voices*. Cape Town: HSRC Press, 2006.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. *New Ideological Inflections in the Study of Racism in Brazil*. IN: E. UCLA-Harvard Interdisciplinary Roundtable Conference. *Racial, and Caste Discrimination and Remedial Measures in Global Perspective*, 2007.

HAGGARD, Stephen; KAUFMAN, Robert. *The Political Economy of Democratic Transitions*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

HOCHSCHILD, Jennifer L. *Facing up to the American dream : race, class, and the soul of the nation*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

JUNG, Courtney. *Then I was Black : South African political identities in transition*. New Haven: Yale University Press, 2000.

KAMEL, Ali. *Não Somos Racistas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

LACY, Karyn. *Blue-chip Black : Race, class, and status in the new Black middle class*. Berkeley: University of California Press, 2007.

59

LAMONT, Michèle; BAIL, Christopher. *Sur les frontières de la reconnaissance: Les catégories internes et externes de l'indentité collective*. Review Européenne des Migrations Internationales, 2005, p.61-90.

LAMONT, Michèle; FLEMING, Crystal. *Everyday Antiracism: Competence and Religion in the Cultural Repertoire of the African American Elite*. Du Bois Review, 2005, p.29-43.

LIPSET, Seymour. *The Political Man: Expanded Edition*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1981.

MACDONALD, Michael. *Why Race Matters in South Africa?* Durban: University of Kwazulu-Natal, 2006.

MARE, Gerhard. *The Notion of 'Nation' and the Practice of 'Nation-Building'*. In: Palmberg, M. (org.). *National Identity and Democracy in Africa*. Pretoria: HSRC Press, 1999. p.244-260.

MARX, Anthony. *Making Race and Nation: A Comparison of South Africa, the United States and Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

MASSEY, Douglas S. *The source of the river : the social origins of freshmen at America's selective colleges and universities*. Princeton: Princeton University Press, 2003.

MATTES, Robert. *Do Diverse Social Identities Inhibit Nationhood and Democracy?* In: Palmberg, M. (org.). *National Identity and Democracy in Africa*. Pretoria: HSRC Press, 1999.

MODOOD, Tariq; AHMAD, Fauzia. *British Muslim Perspectives on Multiculturalism*. Theory, Culture & Society, 2007, p.187-213.

PASCHELL, Tiana. *States, Movements and the New Politics of Blackness in Colombia and Brazil*. Berkeley: Sociology Department: PhD dissertation, 2011.

PATTERSON, Orlando. *The ordeal of integration : progress and resentment in America's "racial" crisis*. Washington: Civitas/Counterpoint, 1998.

PATTILLO, Mary E. *Black on the block : the politics of race and class in the city*. Chicago: University of Chicago Press, 2007.

PERIA, Michelle. *Acao Afirmativa: um estudo sobre a reserva de vagas para negros nas universidades publicas brasileiras. O caso do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: . Social Anthropology, Museu Nacional/Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ), 2004.

POWELL, Brenna. *Grey Area: Defining race and the struggle for equality in Brazil Government*. Harvard, Cambridge: 2012.

PUTNAM, Robert; LEONARDI, Robert; NANETTI, Rafaella. *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*. Princeton: Princeton University Press, 1994.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. *Classe, Raca, e Mobilidade Social no Brasil*. Dados, 2006, p.833-873.

RIBEIRO, Luiz Fernando Ferreira da Rosa. *'Apartheid' and 'Democracia Racial': South Africa and Brazil in Contrast*. Doctoral Thesis. Utrecht: Universiteit Utrecht, 1996.

ROEFS, Marlene. *Identity and Race Relations*. In: Pillay, U.; Roberts, B.; Rule, S. (org.). *South African Social Attitudes: Changing Times, Diverse Voices*. Cape Town: HSRC Press, 2006.

SAWYER, Mark; PENA, Yesilernis. *Racial Cycles? A Dynamic Approach to the Study of Race in Revolutionary Cuba and Beyond*. National Political Science Review, 2003, p.138-155.

SAWYER, Mark; PENA, Yesilernis; SIDANIUS, Jim. *Cuban Exceptionalism: Group-based Hierarchy and the Dynamics of Patriotism in Puerto Rico, the Dominican Republic, and Cuba*. Du Bois Review, 2004, p.93-113.

SCHWARTZMAN, Simon. *Fora de foco: diversidade e identidades étnicas no Brasil*. Novos Estudos CEBRAP, 1999, p.83-96.

SEEKINGS, Jeremy; NATTRASS, Nicoli. *Class, race, and inequality in South Africa*. New Haven: Yale University Press, 2005.

SILVA, Graziella Moraes Dias da da. 2006. *Ações Afirmativas no Brasil e na África do Sul*. Tempo Social, 2006, vol.18, p.131-165.

_____. *Recent Debates on Affirmative Action*. ReVista: Harvard Review of Latin American Studies, 2007, vol.6, p.56-60.

SILVA, Graziella Moraes Dias da; REIS, Elisa P. *Perceptions of Social Mobility, Inequality and Racial Discrimination among Black Professionals in Rio de Janeiro*. Latin American Research Review, 2011, vol.46, p.55-78.

_____. *Multiple Meanings of Racial Mixture*. Ethnic and Racial Studies, 2012, vol.35, p.382-399.

SKRENTNY, John David. *The minority rights revolution*. Cambridge, Mass.: Belknap Press of Harvard University Press, 2002.

SUBOTZKY, George. *South Africa*. In: Teferra, D.; Altbach, P. (org.). *African Higher Education: An International Reference Handbook*. Bloomington: Indiana University Press, 2003.

TAYLOR, Rupert; FOSTER, Don. *Advancing Non-Racialism in Post-Apartheid South Africa*. In: PALMBERG, M. (org.). *National Identity and Democracy in Africa*. Pretoria: HSRC Press, 1999.

TELLES, Edward; BAILEY, Stanley. *Políticas contra o racismo e opinião pública: comparações entre Brasil e Estados Unidos*. Opinião Pública, 2002, vol.8, p.30-39.

TELLES, Edward. *Race in another America : the significance of skin color in Brazil*. Princeton: Princeton University Press, 2004.

WU, Frank H. *Yellow: race in America beyond Black and white*. New York: Basic Books, 2002.